



esposende 2000



Actividades Desportivas e Recreativas, E.M.

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO 3/2025

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AOS SISTEMAS
E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS.

CPV 50413200-5

(Serviços de reparação e manutenção de
equipamento de combate a incêndios)

Índice:

Cláusula 1. ^a	3
Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a	3
Contrato	3
Cláusula 3. ^a	3
Prazo de vigência do contrato.....	3
Cláusula 4. ^a	4
Obrigações principais do adjudicatário	4
Cláusula 5. ^a	4
Preço contratual	4
Cláusula 6. ^a	5
Condições de pagamento	5
Cláusula 7. ^a	5
Penalidades contratuais.....	5
Cláusula 8. ^a	6
Força maior	6
Cláusula 9. ^a	7
Dever de sigilo	7
Cláusula 10. ^a	7
Resolução por parte da entidade adjudicante	7
Cláusula 11. ^a	7
Resolução por parte do Adjudicatário	7
Cláusula 12. ^a	8
Foro competente	8
Cláusula 13. ^a	8
Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Cláusula 14. ^a	8
Comunicações e notificações	8
Cláusula 15. ^a	8
Deveres de Informação	8
Cláusula 16. ^a	9
Caução	9
Cláusula 17. ^a	9
Contagem dos prazos	9
Cláusula 18. ^a	9
Legislação aplicável	9
Anexo A	10
Especificações Técnicas	10

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a "aquisição de serviços de manutenção aos sistemas e equipamentos de proteção contra incêndios em edifícios".
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento de locação operacional tem a seguinte classificação: CPV 50413200-5 - Serviços de reparação e manutenção de equipamento de combate a incêndios.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - b) O presente Caderno de Encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo de vigência do contrato

5. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo inicial de 365 dias podendo ser renovado por igual período, até ao limite de 2 anos (730 dias).

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Manutenção preventiva e corretiva de meios de 1ª intervenção:
 - i. Extintores;
 - ii. Bocas de incêndio do tipo carretel
 - b. Manutenção preventiva e corretiva de outros equipamentos e sistemas de emergência, a saber:
 - i. Sistema automático de deteção de incêndios (SADI) – Botões de acionamento de alarme, detetores automáticos, central de sinalização e comando, fonte local de alimentação de emergência, proteção e difusão do alarme;
 - ii. Iluminação de emergência (Art.º 113º a Art.º 115º, do RT-SCIE)
 - iii. Portas de emergência
 - c. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de alarme de intrusão;
 - d. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos de videovigilância eletrónica (CCTV).
 - e. Obrigação de garantia e assistência técnica 24 horas aos equipamentos instalados por um período mínimo de 24 meses.

Cláusula 5.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço constante na sua proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor da proposta não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) por ano, o que perfaz 5.000,00 € para o prazo máximo do contrato (730 dias).
3. Consideram-se incluídos no preço a pagar pela entidade adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, referido nos termos do número anterior, todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 6.^a **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante nos termos da cláusula anterior deverão ser pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a faturação semestral dos serviços, bem como com a receção e validação da respetiva fatura pelo Gestor do Contrato da Esposende 2000, EM.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome de Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, Sociedade Unipessoal, Lda, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a referência do procedimento associado e a respetiva requisição externa.
4. A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no n.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
5. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, conjugados com a Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro, as faturas devem ser apresentadas por via eletrónica (fatura eletrónica), via plataforma ilink
6. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária para o IBAN (International Bank Account Number) a indicar pelo adjudicatário.

Cláusula 7.^a **Penalidades contratuais**

1. Em caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação de assistência técnica, até 3% do valor contratual por cada dia de atraso, a contar a partir das 24h00;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo

Cláusula 8.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 9.^a **Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição à Esposende 2000, EM, de subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas

Cláusula 10.^a **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido ao número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.
3. O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à Entidade adjudicante, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, quando aplicável

Cláusula 11.^a **Resolução por parte da entidade adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando:
 - a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 3 (três) meses;
 - b. O montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicatária, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos

Cláusula 12.ª

Foro competente

Para resolução de eventuais litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 13.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e efetuadas em dia não útil ou após as 17 horas de dia útil, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 15.ª

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento

tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 16.^a

Caução

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 17.^a

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 18.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Esposende 9 de janeiro de 2025.

Anexo A

Especificações Técnicas

a) Manutenção preventiva e corretiva de meios de 1ª intervenção:

1. EXTINTORES

Designação	Unidade	QTD
1.1 Piscinas Foz do Cávado		
Extintor CO2 – 5Kg	Un.	8
Extintor CO2 – 2Kg	Un.	4
Extintor CO2 – Pó químico – 6kg	Un.	10
1.2 Piscinas Municipais de Forjães		
Extintor CO2 – 5Kg	Un.	3
Extintor CO2 – 2Kg	Un.	2
Extintor CO2 – Pó químico – 6kg	Un.	6
1.3 Auditório Municipal de Esposende		
Extintor CO2 – 5Kg	Un.	1
Extintor CO2 – 2Kg	Un.	2
Extintor CO2 – Pó químico – 6kg	Un.	9
1.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão		
Extintor CO2 – 5Kg	Un.	2
Extintor CO2 – 2Kg	Un.	2
Extintor CO2 – Pó químico – 6kg	Un.	4

2. BOCAS DE INCÊNDIO DO TIPO CARRETEL

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Un.	4
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Un.	2
2.3 Auditório Municipal de Esposende	Un.	2
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Un.	2

b) Manutenção preventiva e corretiva de outros equipamentos e sistemas de emergência, a saber:

- i. Sistema automático de deteção de incêndios (SADI) – Botões de acionamento de alarme, detetores automáticos, central de sinalização e comando, fonte local de alimentação de emergência, proteção e difusão do alarme;

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Vg.	1
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Vg.	1
2.3 Auditório Municipal de Esposende	Vg.	1
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Vg.	1

- ii. Iluminação de emergência (Art.º 113º a Art.º 115º, do RT-SCIE)

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Vg.	1
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Vg.	1
2.3 Auditório Municipal de Esposende	Vg.	1
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Vg.	1

- iii. Portas corta fogo/emergência

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Vg.	1
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Vg.	1
2.3 Auditório Municipal de Esposende	Vg.	1
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Vg.	1

2. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de alarme de intrusão;

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Un.	1
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Un.	1
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Un.	1

3. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos de videovigilância eletrónica (CCTV).

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Un.	1
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Un.	1
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Un.	1

4. Obrigação de garantia e assistência técnica 24 horas aos equipamentos instalados por um período mínimo de 24 meses.

Designação	Unidade	QTD
2.1 Piscinas Foz do Cávado	Vg.	1
2.2 Piscinas Municipais de Forjães	Vg.	1
2.3 Auditório Municipal de Esposende	Vg.	1
2.4 Pavilhão Gimnodesportivo de Fão	Vg.	1

Esposende, 9 de janeiro de 2025.